



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0011631-27.2015.4.03.6100

RELATOR: Gab. 05 - DES. FED. COTRIM GUIMARÃES

APELANTE: PAULO CESAR PASCHOAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogados do(a) APELANTE: LORENA CONSTANZA GAZAL - SP204194, ROBERTO CALDEIRA BARIONI - SP28076

Advogado do(a) APELANTE: ZORA YONARA MARIA DOS SANTOS CARVALHO - SP215219-A

APELADO: PAULO CESAR PASCHOAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogados do(a) APELADO: LORENA CONSTANZA GAZAL - SP204194, ROBERTO CALDEIRA BARIONI - SP28076

Advogado do(a) APELADO: ZORA YONARA MARIA DOS SANTOS CARVALHO - SP215219-A

OUTROS PARTICIPANTES:



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0011631-27.2015.4.03.6100

RELATOR: Gab. 05 - DES. FED. COTRIM GUIMARÃES

APELANTE: PAULO CESAR PASCHOAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogados do(a) APELANTE: LORENA CONSTANZA GAZAL - SP204194, ROBERTO CALDEIRA BARIONI - SP28076

Advogado do(a) APELANTE: ZORA YONARA MARIA DOS SANTOS CARVALHO - SP215219-A

APELADO: PAULO CESAR PASCHOAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogados do(a) APELADO: LORENA CONSTANZA GAZAL - SP204194, ROBERTO CALDEIRA BARIONI - SP28076

Advogado do(a) APELADO: ZORA YONARA MARIA DOS SANTOS CARVALHO - SP215219-A

OUTROS PARTICIPANTES:

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Desembargador Federal COTRIM GUIMARAES (Relator): Trata-se de ação ordinária ajuizada por PAULO CESAR PASCHOAL em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, objetivando a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos materiais e morais decorrente da alegada utilização indevida de sua imagem.

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, a fim de condenar a ré a pagar a quantia de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a título de danos morais, corrigida monetariamente pelos índices adotados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, acrescida de juros moratórios na proporção de 1% (um por cento) ao mês, ambos do arbitramento. Ante a impossibilidade de compensação de honorários advocatícios, condenou: a) a ré ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono do autor, fixado em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação; e b) o autor ao pagamento de honorários advocatícios à ré, fixado em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, relativamente ao pedido desacolhido (isto é, R\$ 20.000,00).

Apelação da CEF juntada às fls. 229. Apelação da parte autora juntada às fls. 249.

Devidamente processados os recursos, os autos vieram a esta E. Corte.

É o relatório.



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0011631-27.2015.4.03.6100

RELATOR: Gab. 05 - DES. FED. COTRIM GUIMARÃES

APELANTE: PAULO CESAR PASCHOAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogados do(a) APELANTE: LORENA CONSTANZA GAZAL - SP204194, ROBERTO CALDEIRA BARIONI - SP28076

Advogado do(a) APELANTE: ZORA YONARA MARIA DOS SANTOS CARVALHO - SP215219-A

APELADO: PAULO CESAR PASCHOAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogados do(a) APELADO: LORENA CONSTANZA GAZAL - SP204194, ROBERTO CALDEIRA BARIONI - SP28076

Advogado do(a) APELADO: ZORA YONARA MARIA DOS SANTOS CARVALHO - SP215219-A

OUTROS PARTICIPANTES:

VOTO

O Exmo. Sr. Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES (Relator): A r. sentença merece ser parcialmente reformada.

O autor objetiva a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos materiais e morais decorrente da utilização indevida de sua imagem, nos seguintes termos (fls. 18):

b) a condenação da requerida ao pagamento de indenização pela utilização indevida de sua imagem cumulada com danos morais, com base na Constituição Federal, Código Civil e Código de Processo Civil, em valor não inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), valor este compatível com a reparação, levando-se em conta o poder econômico do demandado e a finalidade da condenação que deve pautar no sentido de inibir o causador do dano a novas práticas abusivas;

c) a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos materiais, em valor não inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por infringência à Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 - Lei de Direitos Autorais, na modalidade que julgar enquadrar-se o Requerente, autoria ou coautoria, em solidariedade aos direitos conexos de artista, com a correspondente aplicação do artigo 103, parágrafo único da mesma lei, utilizando-se como parâmetro para determinação da indenização pela contrafação, o valor de, 3.000 (três mil exemplares), no mínimo e, individualmente, para cada meio, referente ao cartão postal, mala direta e catálogo, além do banner e divulgações pelos demais meios eletrônicos;"

Preliminarmente, afasto a alegada preliminar de ilegitimidade passiva, tendo em vista que a exibição da imagem do autor foi realizada em evento promovido pela requerida, consistente em "exposição de fotografias que discute a questão da moradia na metrópole de São Paulo, a relação com o espaço urbano e cidadania, a partir das lentes do fotógrafo Paulo Pampolin" (fls. 164 verso).

Quanto à pleiteada denunciação da lide, o artigo 70, inciso III, do Código de Processo Civil determina que esta modalidade de intervenção de terceiros é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda. No caso dos autos, tem-se que inexistente obrigação legal tampouco contratual apta a ensejar tal intervenção.

Demonstra-se, também, incabível a alegação de cerceamento de defesa ao fundamento de que requereu a produção de prova testemunhal na petição inicial e não foi atendida pelo Magistrado, que concluiu pela improcedência do pedido de indenização por danos materiais. Cabe ao juiz determinar as provas necessárias à instrução do processo e se entendeu que não havia necessidade de produção de outras provas, é porque a questão já estava em condições de ser decidida apenas com as provas já produzidas nos autos.

A propósito, assim já se posicionou esta Corte, conforme se lê do seguinte aresto:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PROVA PERICIAL. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ.

I - O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença quando a questão de mérito for unicamente de direito ou sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produção de provas.

II- A necessidade de produção de determinadas provas encontra-se submetida ao princípio do livre convencimento do juiz, em face das circunstâncias de cada caso.

III - Agravo de instrumento improvido." (TRF- 3/SP - AG. Nº 200203000064173 - 4ª Turma - Rel. Juíza Alda Basto - Dt decisão: 23/06/2004, DJU data 31/08/2004 - página 420)".

No mais, a parte autora pleiteia a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos materiais e morais decorrente da utilização indevida de sua imagem, sem seu conhecimento nem consentimento prévios, no material fotográfico integrante do acervo de exposição patrocinada pela instituição financeira requerida, no período de 06/12/2014 a 01/03/2015, denominada "São Paulo dentro e fora", localizada na Praça da Sé, 111, São Paulo/SP.

Nesse contexto, cumpre destacar os termos dos artigos 5º, inciso X, da Constituição Federal e 20, do Código Civil, verbis:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos

seguintes:

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;"

(...)

"Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais."

Da análise dos autos, depreende-se que os fatos acima narrados restaram incontroversos, surgindo, assim, o dever da requerida de indenizar o autor, a teor do disposto na Súmula 403, do C. Superior Tribunal de Justiça, verbis:

"Súmula 403 - Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais."

No tocante aos danos materiais, não obstante a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça ter firmado entendimento segundo o qual o titular do direito autoral é o fotógrafo e não o fotografado, não se pode desconsiderar que o autor possui direitos conexos decorrentes da violação de sua imagem.

Nesse contexto, cumpre observar os termos do artigo 103, parágrafo único, da Lei nº 9.610/98, in verbis:

"Art. 103. Quem editar obra literária, artística ou científica, sem autorização do titular, perderá para este os exemplares que se apreenderem e pagar-lhe-á o preço dos que tiver vendido.

Parágrafo único. Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de três mil exemplares, além dos apreendidos." (grifo nosso)

Assim, considerando o contrato de patrocínio juntado às fls. 164/168 e o quantitativo referente ao material constante da cláusula terceira, bem como a comprovação do uso indevido da imagem do autor às fls. 72/76, fixo a indenização por danos materiais em R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), em atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, eis que este montante reflete o valor da indenização que o autor exigiria para que a ré fizesse o uso correto de sua imagem e que coincide com a quantia requerida na inicial.

Por outro lado, a doutrina assim conceitua o dano moral: (...) a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. (Cavaliere, Sérgio. Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 549)

Nesse contexto, o C. STJ já firmou entendimento segundo o qual a responsabilidade do agente, no ressarcimento por dano moral, resulta do próprio fato, ou seja, dispensa a comprovação da extensão dos danos, sendo estes evidenciados pelas circunstâncias do fato (STJ, AgRg no Ag n. 1365711, Rel. Min. Sidnei Beneti, j. 22.03.11).

No caso dos autos, tendo sido comprovada a utilização indevida da imagem do autor, sem seu conhecimento nem consentimento prévios, em material fotográfico integrante do acervo de exposição patrocinada pela instituição financeira requerida, surge, assim, o dever da requerida de indenizá-lo.

E, de acordo com a jurisprudência pátria, o magistrado deve fixar a indenização por danos morais de acordo com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade e atender ao caráter duplice de punição do agente e compensatório em relação à vítima da lesão, evitando enriquecimento ilícito, sem ser inexpressiva.

Quanto ao quantum fixado, entendo que o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) atende aos padrões adotados pelo Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual deve ser mantido.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. VIOLAÇÃO DE DIREITO DE IMAGEM EM CAMISETAS. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS). RAZOABILIDADE. I - Esta Corte só conhece de valores fixados a título de danos morais que destoa razoabilidade, o que não ocorreu no presente caso. Agravo Regimental improvido." (AgRg no REsp nº 1.127.937/PE, Terceira Turma, Relator Ministro Sidnei Beneti, DJe 05/11/2009)

Diante do resultado do julgamento, inverte parcialmente o ônus da sucumbência, a fim de condenar a ré a pagar honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, consoante entendimento fixado por esta C. Segunda Turma.

Diante do exposto, **nego provimento** à apelação da CEF e **dou parcial provimento** à apelação do autor, a fim de condenar a parte ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), a título de danos materiais, invertendo-se parcialmente o ônus da sucumbência, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

COTRIM GUIMARÃES

Desembargador Federal

O SENHOR DESEMBARGADOR FEDERAL PEIXOTO JUNIOR: -

Trata-se de ação ordinária ajuizada por Paulo Cesar Paschoal contra a Caixa Econômica Federal objetivando a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, sobrevindo a prolação de sentença de parcial procedência do pedido para condenar a CEF ao pagamento do valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a título de danos morais (fls. 196/201) e subindo os autos ao Tribunal com recurso de apelação de ambas as partes (fls. 206/212 e 229/240).

O e. Relator, Desembargador Federal Cotrim Guimarães, deliberou negar provimento ao recurso da CEF e dar parcial provimento ao recurso do autor *"a fim de condenar a parte ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), a título de danos materiais, invertendo-se parcialmente os ônus da sucumbência"* (fls. 326/328).

Pedi vista dos autos para melhor analisá-los.

Narra o autor na inicial que é músico e que em 2011 *"foi convidado pela revista Folha de São Paulo para uma entrevista"*, também que *"Com o fim de ilustrar a matéria, o Requerente orquestrou uma fotografia tirada no interior de um de seus apartamentos (...). Porém, depois de publicada a matéria autorizada, a mesma fotografia do Requerente foi reutilizada, sem seu conhecimento nem consentimento prévios, como matéria fotográfica integrante do acervo de exposição patrocinada pela Requerida"*.

Colhe-se do compulsar dos autos que a peça jornalística para a qual o autor afirma ter autorizado o uso da fotografia encontra-se subscrita por Paulo Pampolin (fls. 158/163). Observa-se, ainda, que no material da exposição para a qual o autor alega não ter autorizado o uso da imagem consta a informação "Fotos Paulo Pampolin" (fl. 75). Também verifica-se que a CEF juntou aos autos documento assinado por Paulo Henrique Pampolin por meio do qual declara ser *"responsável pelas autorizações de uso das imagens das pessoas nas fotografias selecionadas para participar do projeto, fotografadas por mim no decorrer da minha carreira como fotógrafo"* (fl. 170), além de contrato no qual a CEF figura como patrocinadora da indigitada exposição (fls. 164/168).

Neste quadro, a situação é de autor que diz ter consentido ser fotografado para determinada peça jornalística mas que a imagem teria sido indevidamente reutilizada, o que significa dizer que a questão põe-se na perspectiva dos limites da autorização anteriormente dada ao fotógrafo e, portanto, o debate recai na relação jurídica estabelecida entre ambos. Em outras palavras, a discussão que verdadeiramente se coloca nos autos é o alcance da autorização anteriormente concedida ao fotógrafo que, segundo alega o autor, restringia-se a referida reportagem de jornal, mas o que faz o autor é arbitrariamente escolher a Caixa Econômica Federal para figurar no polo passivo sem nem ao menos demonstrar de forma clara e precisa como a CEF, na condição de mera patrocinadora da exposição, teria praticado conduta inserida no encadeamento causal do suposto ilícito.

Quanto à alegação do autor de que *"Previsto no Código Civil de 2002, o direito à imagem pode ser visto como a obrigação que todos têm de respeitar a imagem física e moram de outrem, preservando seu aspecto físico, conforme disposto em seu artigo 20"*, anoto que o referido dispositivo legal não tem o pretendido alcance de atribuir responsabilidades ampla e irrestritamente. Confira-se:

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Paragrafo unico. Em se tratando de morto ou de ausente, sao partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

Extraí-se que o dever de indenizar não se configura em toda e qualquer situação de uso de imagem, excepcionando a lei os casos de existência de autorização e de necessidade à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, no mais restringindo seu alcance à noção de exposição indevida e de uso com finalidade comercial.

Destaco, a propósito, o disposto no Enunciado 5 do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal mencionado na obra de Theotonio Negrão (Código Civil e Legislação Civil em Vigor, 2012, p. 50):

"As disposições do art. 20 do novo Código Civil têm a finalidade específica de reger a proteção dos bens personalíssimos nas situações nele enumeradas. Com exceção dos casos expressos de legitimação que se conformem com a tipificação preconizada nessa norma, a ela podem ser aplicadas subsidiariamente as regras instituídas no art. 12". (negrito nosso)

Uma vez estabelecido que somente nas situações enumeradas no artigo 20 do CC cabe cogitar de dever de indenizar, convém repisar que a questão primordial que se coloca nos autos é a existência ou não de autorização, que por sua vez passa a largo da atuação da CEF no suposto evento danoso, de modo a tudo o que cabível na ação não guardar pertinência subjetiva com a empresa pública.

Conclui-se, portanto, que a hipótese dos autos é de ilegitimidade passiva, impondo-se a extinção do feito sem resolução do mérito por falta de condição da ação, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CPC/15 sendo inaplicável a regra de emenda da inicial do artigo 321 do CPC/15 (que corresponde ao artigo 284 do CPC/73), conforme já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS. EMENDA DA INICIAL (ART. 284 DO CPC). INAPLICABILIDADE.

1. O STJ tem entendimento no sentido de não ser aplicável a regra contida no art. 284 do CPC quando a extinção do processo sem a resolução do mérito decorreu do reconhecimento da falta de uma das condições da ação, qual seja, da ausência de legitimatio ad causam da parte recorrida.

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1414606/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 06/03/2014)

No tocante à verba honorária, considerando que no caso vertente a decretação de extinção do feito sem resolução do mérito tem como fundamento a ilegitimidade passiva, os honorários são devidos pela parte autora à luz do princípio da causalidade. Neste sentido:

Processual civil. Recurso especial. Ilegitimidade passiva. Emenda à inicial. Extinção do processo sem resolução de mérito. Prequestionamento. Dissídio jurisprudencial. Não comprovação. Honorários advocatícios. Cabimento.

- A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em suas razões recursais, não obstante a interposição de

embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

- O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

- Reconhecida a ilegitimidade passiva, deve ser imposto o pagamento de honorários advocatícios à parte que deu causa ao chamamento indevido para integrar a lide. Precedentes.

Recurso especial conhecido em parte e, nesta parte, provido.

(REsp 936.852/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/11/2009, DJe 18/11/2009)

RECURSO ESPECIAL. RÉU DECLARADO PARTE PASSIVA ILEGÍTIMA. CONDENAÇÃO DA AUTORA EM HONORÁRIOS. APELAÇÃO QUE PEDE APENAS A REDISTRIBUIÇÃO DA VERBA DE SUCUMBÊNCIA, SEM PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHIMENTO.

1. A condenação em honorários deve recair sobre a parte sucumbente.

2. Acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva levantada pelo réu, a condenação em honorários deve recair sobre o autor.

3. Não é possível inverter a condenação em honorários se tal inversão não foi requerida pelo apelante.

(REsp 982.943/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/12/2007, DJ 18/12/2007, p. 279)

Isto estabelecido, regendo-se a questão pelo disposto no artigo 85, §6º, do CPC/15, aplicável à hipótese por cuidar-se de causa em que decretada a extinção do feito sem exame do mérito, arbitro os honorários em 12% sobre o valor atualizado da causa, patamar que se mostra adequado às exigências legais, não se apresentando excessivo e desproporcional aos interesses da parte vencida e por outro lado deparando-se apto a remunerar o trabalho do advogado em proporção à complexidade do feito.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso da CEF e julgo prejudicado o recurso do autor, nos termos supra.

É o voto.

Peixoto Junior

Desembargador Federal

E M E N T A

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, Prosseguindo no julgamento, nos termos do artigo 942 do Código de Processo Civil, a Segunda Turma decidiu, por maioria, negar provimento à apelação da CEF e dar parcial provimento à apelação do autor, a fim de condenar a parte ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), a título de danos materiais, invertendo-se parcialmente o ônus da sucumbência, nos termos do voto do senhor Desembargador Federal relator, acompanhado pelos voto do senhor Desembargador Federal Souza Ribeiro, do senhor

Desembargador Federal Helio Nogueira e do senhor Desembargador Federal Wilson Zauhy; vencido o senhor Desembargador Federal Peixoto Junior, que dava provimento ao recurso da CEF e julgava prejudicado o recurso do autor, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Assinado eletronicamente por: LUIZ PAULO COTRIM GUIMARAES

01/04/2020 15:37:58

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 128700139



2004011537585830000012799084

IMPRIMIR

GERAR PDF